

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal
www.gihmedieval.com

Incipit 7

Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018

COORDENADORES

André Silva

CITCEM – Universidade do Porto

CIDEHUS – Universidade de Évora

Carlos Teixeira

CITCEM – Universidade do Porto

Francesco Renzi

CITCEM – Universidade do Porto

João Martins Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Leandro Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Mariana Leite

Instituto de Filosofia – Universidade do Porto

Porto, 2019

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-8969-13-2

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

U. PORTO

F

Instituto de Filosofia



 **AEFLUP**

Ficha técnica

Título: Incipit 7. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018

Coordenadores: André Silva, Carlos Teixeira, Francesco Renzi, João Martins Ferreira, Leandro Ferreira, Mariana Leite

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2019

ISBN: 978-989-8969-13-2

Capa: Silvana Sousa

Composição e paginação: André Silva

Grupo Informal de História Medieval

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

«As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crônicas portuguesas tardomedievais». Preâmbulo a um projeto

José Manuel Simões
Universidade de Évora

Resumo:

O texto que aqui se apresenta foi, a seu tempo, o texto apresentado na décima edição do Workshop de Estudos Medievais e, simultaneamente, uma versão inicial do trabalho que constituiu a dissertação de mestrado com o mesmo título apresentada à Universidade de Évora. Trata-se, por isso, de uma versão relativamente cristalizada de um dos muitos estados de desenvolvimento do estudo, refletindo algumas das questões que se levantavam naquele momento e que seriam depois oportunamente discutidas, reconstruídas ou desconstruídas e que levariam ao trabalho final. Este tenta lançar um olhar sobre as formas como os letrados foram representados na cronística medieval portuguesa, evidenciando as estratégias discursivas dessa representação e as ligações entre o discurso, os seus promotores e o seu auditório.

Palavras-chave:

letrados; crônicas medievais portuguesas; cronistas; representações.

Abstract:

The text presented here was, at its time, the text presented in the tenth edition of the Workshop of Medieval Studies and, simultaneously, an initial version of the work that constituted the master's thesis with the same title presented to the University of Évora. It is, therefore, a relatively crystallized version of one of the many stages of development of the study, reflecting some of the issues that arose at that time and which would then be discussed, rebuilt or deconstructed, and which would lead to the final work. This paper tries to look at the ways in which the literates were represented in the medieval Portuguese chronicles, evidencing the discursive strategies of this representation and the connections between the discourse, its promoters and its auditorium.

Keywords:

literate; Portuguese medieval chronicles; chroniclers; representations.

1. TEMA, PROBLEMAS, CRONOLOGIA, ESPAÇO

Escrevia José Mattoso em certo lugar da sua obra que o fazer da História, esse «contemplar [d]a vida do Homem no tempo», não podia deixar de contar com três aspetos: «a qualidade da forma, a habilidade na escolha e interpretação dos dados e a carga poética do seu sentido global»¹. O balanço que agora fazemos da nossa dissertação pretende tocar precisamente cada um desses três pontos, desenvolvendo-os e refletindo sobre as opções que tomámos a cada passo.

Este trabalho que apresentamos resulta, desde logo, de uma vontade de conhecer e estudar os letrados e homens do saber no contexto da sociedade medieval portuguesa. A essa vontade, juntar-se-ia posteriormente um interesse crescente pela complexidade e pelas possibilidades que a cronística apresenta, onde se poderia incluir também o estudo daquelas gentes.

Se bem que esta tivesse funcionado essencialmente como um recetáculo das memórias régias e nobiliárquicas do reino e, portanto, lugar onde se faziam apresentar *as nobres cavallaryas e as boas façanhas que fizeram os reis*, não podíamos deixar de reparar que os seus autores encontravam aí o espaço necessário para apresentar aqueles indivíduos ou grupos sociais que, por vezes, permaneciam na obscuridade. A

¹ José Mattoso, *A escrita da História* (Lisboa: Estampa, 1988), 38-42.

identificação de alguns deles como *sabedores*, *conhecedores* ou *letrados* levou-nos então a questionar a presença figurativa dessas personagens. Em primeiro lugar, pela escassa utilização que os cronistas faziam desses epítetos e em segundo lugar pelo valor simbólico que estes apresentavam no vocabulário medieval.

Fomos, assim, criando um quadro interrogativo em que algumas dúvidas sobressaíam: sendo a cronística uma construção complexa, qual a funcionalidade dos *letrados* nos seus discursos? Qual o valor simbólico dessa qualificação? Seria aquela identificação uma forma de distinção positiva face aos restantes não apenas face aos *sabedores e conhecedores*, note-se, mas mesmo em relação aos guerreiros e à monarquia.

Foi, pois, através dessas questões iniciais que se desenvolveu a ideia de estudar a presença dos *letrados* no discurso cronístico. Porém, desde o momento mais incipiente desta dissertação que questionámos e fomos questionados sobre quem eram, afinal, aqueles letrados. Ou seja, quem incluíamos ou excluíamos dessa categoria. Os exemplos de que dispúnhamos da consagração de uma terminologia neste campo vinham, sobretudo, da historiografia francesa, onde se haviam cristalizado os conceitos de *intellectuais*, introduzido por Jacques Le Goff, e de *gentes do saber*, cunhado por Jacques Verger, sem que na verdade nenhum deles fosse consensual para designar a totalidade dos indivíduos de que nos ocupávamos¹. O imbróglio, no entanto, partia de uma falsa questão. A análise a que nos propusemos, baseada nas representações, parte da identificação através de um qualificativo (*letrado*) que nunca chega a ser um substantivo, considerando como tal somente aqueles que assim são referidos, sem pretensões de construir ou reconstruir o grupo que estaria no imaginário dos cronistas. É com base nessa qualificação que, de certa forma, esses homens foram introduzidos no discurso, tornando-se atores sociais, políticos ou históricos e diferenciando-se dos restantes.

No que diz respeito à delimitação espaço-temporal, importa clarificar à partida um aspeto. Coexistem neste trabalho dois tempos e dois espaços, não diremos completamente distintos, mas com alguns distanciamentos. Numa mão temos o espaço-tempo diegético, em que se desenvolvem os relatos cronísticos, e na outra, aquele que está na sua génese, o binómio espaço-tempo real, histórico, em que aconteceu a escrita, em que os cronistas viveram e onde já dificilmente se movimentavam as personagens que surgem nos seus textos. Um e outro interpenetram-se e influenciam-se.

Não obstante, e aceitando que as crónicas foram muitas vezes *instrumentos de poder* ao serviço de determinadas motivações, parece inevitável que sejam sobretudo os tempos dos cronistas a projetar as suas luzes e as suas sombras naquele outro tempo. Por esse motivo, a análise que empreendemos parte inevitavelmente desse *tempo da escrita* e será a ele que subjaz o nosso enquadramento cronológico e espacial.

Em termos geográficos situamo-nos essencialmente ao nível da península ibérica e mais especificamente dentro das fronteiras portuguesas, local da composição dessas fontes e, paralelamente, espaço central das narrativas. Por seu turno, o recorte cronológico adotado principia em função da data de elaboração daquela que terá sido a primeira crónica portuguesa, a *Primeira crónica portuguesa*² (por volta da segunda metade do século XIII, data apontada recentemente por Filipe Alves Moreira que seguimos aqui), enquanto que o seu *terminus* foi definido em função da época em que terá sido escrita a última crónica de Fernão Lopes (entre 1440 e 1450)³.

¹ Jacques Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge* (Paris: Seuil, 2014); Jacques Verger, *Le gens de savoir en Europe à la fin du moyen âge* (Paris: PUF, 1997).

² Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*. (Porto: Estratégias Criativas, 2008).

³ Teresa Amado, “Crónica de D. João I”, em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. por Giuseppe Lanciani e Giuia Tavani, 180-182 (Lisboa: Caminho, 1993).

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Tendo clarificado, tanto quanto possível, os aspetos temáticos e problemáticos, cabe-nos agora apresentar os objetivos que se foram construindo na prossecução deste trabalho. Uma vez concretizada a identificação das ocorrências do termo *letrado* na cronística, o nosso propósito central será o de traçar uma visão panorâmica sobre a sua representação nesses textos. Partindo daí, procuraremos aprofundar a nossa compreensão acerca das formas e modelos dessa representação e, numa dimensão comparativa *extratextual*, conhecer as ligações entre essas representações e os movimentos sociais e culturais que afloravam no «*país real*».

Porém, essa grande-angular liga-se ainda, direta ou indiretamente, aos objetivos parcelares desta dissertação, entre os quais o de conhecer e compreender o papel das personagens identificadas como *letrados* na construção do discurso cronístico, o de analisar as formas de distinção *intrasocial* e *intersocial* dessas gentes, ou o de procurar perceber como essas formas de representação e determinados termos terão, ou não, contribuído para o capital simbólico das personagens na cronística. Estes objetivos integram-se, também, num outro conjunto de questões que procuraremos tocar de forma mais superficial, mas que estarão igualmente associadas a estas, tais como a importância do conhecimento e dos portadores de conhecimento na sociedade portuguesa tardomedieval ou a noção da categoria social de *letrado*, se é que esta existia no imaginário social sob a forma que Fernão Lopes a apresentou, colocando-a entre os *quatro estados do reino*.

Na prática, estes objetivos refletem-se, de forma mais ou menos visível, na estruturação da nossa dissertação. Formalmente, esta divide-se em sete partes, organizadas em função das hipóteses de trabalho e dos critérios estabelecidos para análise, traduzidos aqui numa grelha interpretativa desenvolvida em função dos dados recolhidos. Assim, ao passo que o primeiro capítulo é dedicado quase exclusivamente a uma problematização da utilização do conceito de *letrado* na cronística e a uma apresentação do conteúdo das crónicas selecionadas, os restantes apresentam unidades temáticas isoladas. Estas vão desde os modelos de representação e idealização dos letrados (onde se procura desconstruir os momentos em que essas personagens são exaltadas e apresentadas segundo um conjunto simbólico de virtudes), à análise do papel dos letrados como conselheiros régios, mas também ao exame dos processos de associação dos monarcas, dos nobres e dos eclesiásticos ao conhecimento. Naquele que será o capítulo final, e em jeito de conclusão, pretendemos estabelecer uma discussão em torno da possibilidade de aqueles letrados formarem um grupo social distinto dos restantes no plano das crónicas.

Essa estrutura foi disposta da seguinte forma:

1. Dos conceitos aos contextos: os letrados no tempo e no espaço das crónicas
2. A idealização. Representações de um letrado ideal
3. Os letrados e o conselho real
4. A espada e o saber: imagens de letrados nobres
5. Reis, letrados e reis letrados
6. A dupla via: fé e conhecimento
7. O quarto estado do reino ou os letrados como grupo social

Tais capítulos pretendem refletir não apenas os objetivos delineados, mas igualmente as opções metodológicas assumidas. À parte da identificação das ocorrências da expressão *letrado* nas crónicas, ação inicial mais pragmática realizada através da leitura das fontes, grande parte do processo de elaboração desta dissertação recai na análise dessas ocorrências, na comparação com outras fontes e na extrapolação para os contextos históricos em que as crónicas foram sendo escritas. Como já antes dissemos,

esse processo tem por base a análise de representações¹, assumindo desde logo a cronística como uma representação, como um objeto construído e não como uma fonte *tout court*, onde se mistura a lenda e o real. Assim, a análise de representações funcionará aqui, no fundo, como uma leitura desse *chiaroscuro*, sendo ao mesmo tempo duplamente uma ferramenta de análise do discurso latente e de desconstrução desse mesmo discurso no *continuum* entre o simbólico e o real.

3. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Esta dissertação pode ainda ser integrada em duas linhas temáticas da historiografia: a análise das representações da sociedade medieval na cronística e o estudo das *élites letradas*². Ainda assim, e apesar dessa proximidade com ambas as áreas, deparámo-nos desde o início com uma certa impossibilidade em traçar um estado da arte, por uma série de motivos. O primeiro deles, por não existir uma tradição propriamente dita de análise das representações dos letrados nestes termos. Existem sim, entre outros, os estudos de Bernard Guenée ou Antoine Destemberg sobre a representação dos universitários³, que podemos considerar letrados, mas que são na verdade estudos direcionados para grupos específicos. Além disso, porque os estudos das representações a partir da cronística, de forma genérica, existem em número extraordinariamente grande e, não obstante, relacionados com temáticas bastante díspares entre si: da representação da mulher à representação da aristocracia e da realeza⁴, para citar apenas alguns dos estudos mais recentes produzidos no contexto ibérico.

De igual forma, estabelecer uma revisão de literatura em torno das elites letradas conduzir-nos-ia a questionar novamente: quem são afinal os letrados? Sem que tivéssemos previamente um conjunto de critérios de inclusão e de exclusão, a revisão de literatura neste aspeto mostrava-se também inviável. Considerar, por exemplo, que todos os estudos sobre clérigos ou sobre tabeliães tratavam de letrados era um caminho pouco recomendável. Note-se ainda que, para além do estudo de Armando Norte⁵, de carácter mais geral, sobre *letrados e cultura letrada* nos sécs. XII-XIII, parece ter prevalecido uma certa indefinição terminológica no medievalismo português (mas não só) a este respeito. Não nos compete aqui fazer essa crítica, mas sublinhar apenas a premência de uma discussão do conceito de *letrado* para que outros trabalhos possam futuramente recorrer a ele.

¹ Para uma síntese relativamente recente em torno da análise de representações em História, veja-se: Claude Gauvard, “Les représentations au Moyen Âge: quelques pistes de réflexion”, *Sociétés et Représentations* 40, n. 2 (2015), 277-287.

² Patrick Gilli (dir.), *Les élites lettrées au Moyen Âge. Modèles et circulation des savoirs en Méditerranée occidentale. XIIe-XVe siècles* (Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée, 2008).

³ Bernard Guenée, “Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l’Université de Paris”, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 136, n. 4 (1992), 675-686; Antoine Destemberg, *L’honneur des universitaires au Moyen Âge. Étude d’imaginaire social* (Paris: PUF, 2015).

⁴ Ana Rodrigues Oliveira, *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa* (Cascais: Patrimonia Historica, 2000); Manuel Rodríguez de la Peña, *Los reyes sabios. Cultura y poder en la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media* (Madrid: Actas, 2008); Diego Sainz de la Maza, “La imagen regia en la cronística castellano-leonesa. El caso de Alfonso VIII de Castilla” (Dissertação de Mestrado, Universidad Autónoma de Madrid, 2016); Pedro Monteiro, “Representações da aristocracia nas Crônicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2017).

⁵ Armando Norte, “Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013); José Antunes “A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV: juristas e teólogos” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1995).

Essa impossibilidade de fazer um balanço historiográfico não significa, no entanto, um despreendimento total da historiografia anterior. Pelo contrário, em tudo o que possa ter de original, este estudo é, na sua génese, devedor a essas temáticas e é nelas que se pretende enquadrar. É também devedor a uma extensa bibliografia, oriunda dos campos da Filologia¹, cujo estudo é essencialmente focado no objeto textual, e que procura estabelecer parentescos entre os textos, datá-los ou conhecer a sua autoria. E, igualmente, de uma outra área próxima desta, entre a Literatura e a História, que tem vindo a desconstruir essas narrativas a partir de dentro, olhando as suas vicissitudes, os seus propósitos e os seus discursos políticos, históricos ou sociais². Esta bibliografia, como toda uma outra bibliografia de apoio que não cabe referir aqui, embora mais distante nos seus propósitos da investigação a que nos propusemos, servirá como um importante ponto de apoio para a sua prossecução e, como tal, não pode ser descurada.

4. FONTES

Deixando de lado o enquadramento historiográfico e as dificuldades que lhe são inerentes, importa agora refletir acerca dos critérios de seleção das fontes e resumir brevemente algumas das suas características. Como expressámos anteriormente, a escolha das crónicas recaiu sobre aquelas que foram produzidas no espaço português medieval e que serão, na sua essência, crónicas régias. Excetuando a *IV Crónica Breve*, que terá sido escrita na sua forma original no séc. XIII como referimos no primeiro ponto, as restantes crónicas selecionadas são um produto dos séculos XIV e XV. Foram estas a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (na sua versão original e na refundição de 1400), a *Crónica de Portugal de 1419* e as três crónicas redigidas por Fernão Lopes (*Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João*)³.

Pretendemos com esta seleção abranger todas as crónicas redigidas originalmente em português no período tardomedieval, permitindo-nos esse facto não só aumentar a extensão da análise, mas também delimitar um período histórico preciso. Notar-se-á aqui certamente a exclusão das crónicas de Gomes Eanes de Zurara, produzidas pouco tempo depois da última crónica de Fernão Lopes. Contudo, são também de notar os motivos que nos levaram à exclusão dessas obras. Uma dissertação desta natureza, como qualquer outro estudo, possui obviamente constrangimentos de tempo e de espaço, mas não só. Neste caso, também por pertencerem ao *corpus* cronístico de um outro autor e por reportarem a uma lógica temática expansionista que avançava pela segunda metade do séc. XV, estas pareciam extravasar os limites e os objetivos deste estudo.

Com efeito, as crónicas selecionadas abarcam, na sua produção, uma cronologia que poderíamos dizer estratégica: os meados do séc. XIII, XIV e XV. Além disso,

¹ Citamos apenas algumas obras fundamentais: Luís Filipe de Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344, vol. I* (Lisboa: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951); Diego Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal* (Madrid: Gredos, 1962).

² Teresa Amado, *Fernão Lopes: Contador de História* (Lisboa: Estampa, 1991); Chris Given-Wilson, *Chronicles. The writing of History in medieval England* (Londres: Hambledon and London, 2004); Covadonga Valdaliso Casanova, *Historiografía y legitimación dinástica. Análisis de la Crónica de Pedro I de Castilla* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010).

³ Utilizamos as seguintes edições: António Cruz, ed., *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968); Diego Catalán e María Soledad Andrés, eds., *Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso* (Madrid: Gredos, 1970); Luís Filipe de Lindley Cintra, ed., *Crónica Geral de Espanha de 1344 – 4 vols.* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009); Adelino de Almeida Calado, ed., *Crónica de Portugal de 1419*. (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998); Giuliano Macchi, ed., *Fernão Lopes - Crónica de D. Pedro* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007); Giuliano Macchi, ed., *Fernão Lopes - Crónica de D. Fernando* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004); William Entwistle e Luís Filipe de Lindley Cintra, eds., *Fernão Lopes - Crónica de D. João I - 2 vols.* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977).

partilham a nosso ver algumas características que merecem ser discutidas e que, apesar de terem sido referidas noutros pontos, gostaríamos de voltar a mencionar.

Em primeiro lugar, entendemos que essas crônicas régias, produzidas em Portugal ao longo da baixa Idade Média, muitas vezes promovidas pela Coroa ou por indivíduos próximos dela (como no caso da *Crónica Geral de Espanha de 1344*), não serão um objeto historiográfico isento, mas antes narrativas centradas na figura dos monarcas e nas principais figuras dos reinos ibéricos, nas instituições reais ou nas dinastias e, como tal, construídas em determinados momentos sob a influência de uma ideologia e alinhada com um propósito político, fosse ele de legitimação ou de outra espécie. Assim sendo, consideramos que muitas destas crônicas terão funcionado também como *instrumentos de poder*, contribuindo não só para afirmar a autoridade da monarquia, mas também para legitimar essa mesma autoridade ou reivindicar uma outra posição.

Em segundo e último lugar, estas narrativas aparecem-nos como construções complexas, e não como “*testemunhos ingênuos*”¹, onde cada elemento, seja ele da ordem dos eventos, das personagens ou dos locais, concorre para o propósito que o autor da crônica definiu, ou foi influenciado a definir, e que por essa razão não foi deixado ao acaso. Arriscamos a dizer que, no limite, estas narrativas nos chegam a contar tanto sobre o contexto em que foram escritas, sobre quem as escreveu e para quem foram escritas, como sobre o tempo e o espaço que narram.

5. HIPÓTESES E CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

À guisa de conclusão, cabe-nos ainda apresentar algumas hipóteses que têm vindo a ser colocadas e retirar outras tantas conclusões. Encontrando-se neste momento a dissertação a *meio da vida*, será este o momento indicado para apontar algum tipo de conclusões, ainda que provisórias? Parece-nos que sim. Alguns dos dados que fomos apurando até agora refletem já algumas tendências, ligadas nomeadamente à designação dos indivíduos. Com efeito, quantitativamente, o qualificativo *letrado* não surgirá no *corpus* cronístico que definimos mais do que duas dezenas de vezes, o que não deixa, no entanto, de ser significativo do ponto de vista interpretativo dos dados.

Tomando como exemplo a *Crónica de D. Pedro*, profundamente marcada pela presença de membros do desembargo régio que poderíamos facilmente considerar letrados, registamos a palavra por três vezes. É aí aplicada duas vezes a grupos de indivíduos, uma a *Pero Alvarez deão de Santiago* e nenhuma a algum dos membros do desembargo. Mas mais do que olharmos para os números, importa aqui olhar para o texto: duas dessas ocorrências aparecem no decorrer do processo de legitimação do casamento de D. Pedro com Inês de Castro, designando aqueles *mais subteis de entender, letrados e bem discretos* que não apoiavam o matrimónio. Se é certo que contrariavam a vontade do rei, também é certo que daí resultariam dois descendentes e, consequentemente, pretendentes ao trono vacante após da morte de D. Fernando, principal adversário na ascensão do Mestre de Avis à Coroa. A leitura do contexto, portanto, parece-nos mais simbólica do que pareceria à primeira vista.

O mesmo acontece na *Crónica de D. Fernando* e na *Crónica de D. João*. Nesta última, em particular, encontramos o maior número de ocorrências, possivelmente por ser o culminar apologético de Fernão Lopes a D. João. É, talvez por isso, aí que encontramos a maior parte das referências a uma dupla nomeação dos franciscanos, entre a fé e o conhecimento letrado, a referência ao *quarto estado do reino* e onde se traça um retrato idealizado de João das Regras, o principal defensor, nas palavras do cronista, da subida ao trono do filho ilegítimo de D. Pedro.

Daqui se pode deduzir “desde já” que este adjetivo tenderá a surgir em momentos-chave da narrativa, qualificando não somente aqueles indivíduos que se destacam intelectualmente, mas também outros que sirvam os propósitos do discurso. O mesmo

¹ Bernard Guenée, “Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l’Université de Paris”, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 136, n. 4 (1992), 675.

parece acontecer na versão refundida da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Contudo, neste último caso, não compreendemos ainda qual a intenção que escondem essas referências. Tal como acontecia com a segunda refundição do *Livro de Linhagens*, também da autoria do Conde D. Pedro, funcionarão como chave de leitura para a aclamação de D. João e para legitimar o condestável Nuno Álvares Pereira? Esperamos que a continuação deste trabalho nos possa, a breve trecho, trazer as respostas.